



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570586 - SP (2020/0079748-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ROGERIO FURTADO
ADVOGADO : ROGERIO FURTADO - SP286850
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THALES EDUARDO TEIXEIRA (PRESO)
CORRÉU : EDUARDO HENRIQUE COLA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de THALES EDUARDO TEIXEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 0000140-86.2015.8.26.0623.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 4 (quatro) anos e 7 (sete) meses de reclusão, em regime semiaberto, além de 10 (dez) dias-multa.

Interposta apelação pela defesa, a Corte Estadual negou provimento do apelo em acórdão que ficou assim resumido:

Apelação Criminal – Roubo majorado (“emprego de arma” e “concurso de agentes”) - Recursos defensivos visando a absolvição dos apelantes por insuficiência probatória. - Autoria, dolo e materialidade demonstrados - Atenuante que, apesar de caracterizada e reconhecida pela i. Juíza “a quo”, não pode ensejar a redução das penas para alguém dos mínimos legais - Inteligência da Súmula 231 do STJ - Recursos desprovidos.

Na presente impetração, alega a defesa do paciente que “às fls. 47/48 cálculos de pena verifica-se um grave erro material no que concerne o regime prisional, no caso em tela naquele documento está digitado erroneamente a palavra regime fechado, o que deve ser corrigido, para REGIME SEMIABERTO, para que não haja prejuízo ao paciente” (fl. 4).

Requer, assim, a superação da Súmula n. 691/STF e a concessão de “medida liminar para que seja, concedida a prisão domiciliar ao Paciente, Thales Eduardo Teixeira, por decisão do Judiciário Paulista, de primeira instância, com extensão ex

officio às decisões desse Tribunal de Justiça, tenha antecipado seus direitos à progressão de regime ou, ainda, que sejam alcançados com o gozo do direito à saída temporária com monitoramento eletrônico, se o caso, enquanto durar a situação de PANDEMIA. Caso Vossa Excelência julgue necessário, requer seja aplicada uma das medidas cautelares elencadas no artigo 319 do nosso Código de Processo Penal".

Em sede preliminar, busca que "seja acolhida as preliminares, reconhecendo, e ratificando o regime prisional do paciente no SEMIABERTO, conforme decisão de sentença de primeiro grau e confirmada em segundo grau".

No mérito, pretende a absolvição do paciente argumentando que "a decisão de primeiro grau e cancelada pela segunda instancia, teve como lastro somente os depoimentos e a dedução dos policiais militares sobre a autoria do delito".

Subsidiariamente pede que "seja os autos remetidos ao juízo de primeiro grau, para que se proceda, o depoimento da vítima, sobre o paciente, e que seja novamente ouvido os Policiais Militares, para que se confirme seus depoimentos, sanando qualquer dúvida, nos autos"

É o relatório.

Decido.

Não há como dar seguimento ao pedido.

Primeiro porque alegação relativa ao erro na fixação do regime para o início do cumprimento da pena - não comprovada nos autos - e relativas à Pandemia decorrente do vírus Covid-19 não foram apreciadas pelo Juízo das Execuções ou Tribunal a quo. Dessa forma, de acordo com o disposto no art. 105, I, alínea "c", da Carta da República, incompetente o Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar o presente feito.

A propósito, confira-se:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE AMBIGUIDADE, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO NO JULGADO. IMPUGNAÇÃO DE ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. ABSOLUTA INCOMPETÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 34, XVIII, DO RISTJ.

1. Não há no acórdão ambiguidade, contradição, obscuridade ou omissão, consoante disposto no art. 619 do Código de Processo Penal.

2. De acordo com o art. 105, I, c, da Constituição Federal, compete a esta Corte julgar habeas corpus contra atos de Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, o que não ocorre no caso em questão, em que se impugna ato de Juízo de primeiro grau.

3. Assim disciplina o art. 34, XVIII, do RISTJ: *negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário a súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste.*

4. *Na ausência de argumento apto a afastar o posicionamento anteriormente firmado, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos.*

5. *Embargos de declaração rejeitados" (EDCL no HC 230.583/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, DJe 1.10.2014).*

Em segundo lugar, porque não se mostra possível na via estreita do *habeas corpus* acolher a tese de absolvição por falta de provas suficientes para condenação, uma vez que tal providência demandaria o aprofundado revolvimento do conjunto fático-probatório, o que sabidamente é inviável em sede do *mandamus*, que é caracterizado pelo rito célere e cognição sumária.

Ilustrativamente:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LATROCÍNIO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. NULIDADE. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. VIOLAÇÃO DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. VÍCIO NÃO VERIFICADO. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. EXAURIMENTO DOS ARGUMENTOS DEFENSIVOS. DESNECESSIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. O *habeas corpus* não é o instrumento jurídico adequado para se ventilar teses a respeito de absolvição ou desclassificação da conduta delitiva, já que pedidos dessa espécie demandam, no mais das vezes, avaliação detida do conteúdo fático probatório, procedimento incompatível com a via estreita da ação mandamental, cujo rito é célere e de cognição sumária.

(...)

5. *Habeas corpus não conhecido. (HC 523.901/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/02/2020)*

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO PEDIDO DENTRO DOS ESTREITOS LIMITES DA VIA ELEITA. DESCONSTITUIÇÃO DA CONCLUSÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NECESSIDADE DE REEXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-

PROBATÓRIO. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006 FIXADA EM 1/3. PLEITO DE AUMENTO DA FRAÇÃO REDUTORA. DISCRICIONARIEDADE. NATUREZA DA SUBSTÂNCIA APREENDIDA. PENA INFERIOR A 4 ANOS. REGIME INICIAL SEMIABERTO. IMPOSIÇÃO. FUNDAMENTO NA NATUREZA DA DROGA. SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O acolhimento do pedido da defesa de absolvição demanda o reexame aprofundado de todo o acervo fático-probatório, providencia totalmente incompatível com os estreitos limites do remédio heróico, que em função do seu rito célere e cognição sumária, não admite dilação probatória. Precedentes.

(...)

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 454.242/ES, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, DJe 22/11/2018)

Ante o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator